

ÊXODO RURAL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS CONCEITOS DE ESPAÇO E TEMPO

RURAL EXODUS IN THE EXTREME WEST OF SANTA CATARINA AND FIELD EDUCATION: AN APPROACH FROM THE CONCEPTS OF SPACE AND TIME

José Fabiano de Paula¹
Leonidas Roberto Taschetto²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo problematizar os conceitos de espaço e tempo como possíveis fatores de impacto sobre o êxodo rural no extremo oeste catarinense. Fundamentamos nossa reflexão em Milton Santos (2012; 2004; 2003; 1992 e 1986), Jacques Le Goff (2003), Norbert Elias (1998) e Manuel Castells (1999). A metodologia configura-se em um estudo de caso sobre a mesoregião do extremo oeste catarinense à luz de uma análise documental. Os resultados apontam para o tempo e o espaço como fatores que contribuem para o êxodo rural na região. O acúmulo desigual do tempo, através do "tempo espacial", das diferentes temporalidades que coabitam o espaço, bem como um espaço que é "uno e múltiplo" serviram de base para compreender o quanto esses termos podem influenciar a Educação do Campo.

Palavras-chave: Êxodo Rural. Extremo Oeste Catarinense. Educação do Campo. Espaço. Tempo.

ABSTRACT

This paper aims to problematize the concepts of space and time as possible impact factors on the rural exodus in the far west of Santa Catarina. We base our reflection on Milton Santos (2012, 2004, 2003, 1992 and 1986), Jacques Le Goff (2003), Norbert Elias (1998) and Manuel Castells (1999). The methodology is set out in a case study on the mesoregion of the extreme

¹ Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. Doutor em Educação pela Universidade La Salle. E-mail: jose.paula@caxias.ifrs.edu.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jose.paula@caxias.ifrs.edu.br

west of Santa Catarina in the light of a documentary analysis. The results point to time and space as factors that contribute to the rural exodus in the region. The unequal accumulation of time, through "space time", of the different temporalities that cohabit with space, as well as a space that is "one and multiple" served as a basis for understanding how much time and space can influence the Field Education.

Keywords: Rural Exodus. Extreme West of Santa Catarina. Rural Education. Space. Time.

INTRODUÇÃO

Enquanto conceitos, o tempo e o espaço caracterizam como importantes ferramentas de conhecimento de interpretação do passado, do presente ou mesmo como elementos que nos auxiliam a fazer projeções sobre o futuro. Nas palavras de Castells, "O espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida humana. [...] Crianças em idade escolar sabem que o espaço e o tempo relacionam-se entre si" (1999, p. 467). Os alunos têm referências diferentes de tempo e espaço. Um aluno que reside na área rural e se desloca todos os dias de sua casa até a escola localizada na área urbana, num trajeto que pode levar uma hora ou mais, possui uma percepção diferente de tempo daquele aluno que mora na frente da escola, precisando apenas atravessar a rua.

Nossa intenção é discutir os conceitos de tempo e espaço considerando a Educação do Campo no extremo oeste catarinense como indicador do processo de migração campo-cidade. Embora essa percepção de tempo e espaço possam ser produtos de questões econômicas e socioculturais de um grupo ou de uma sociedade, também podem tornar-se modeladoras de padrões homogêneos de consumo e comportamento urbanos extensivos ao espaço agropastoril. Portanto, trata-se de uma inversão, em que tempo e espaço, após um processo sofrendo interferência do contexto econômico e sociocultural global, passam a ser uma referência, intervindo assim, no econômico e sociocultural local. Para defender essa hipótese, explicitaremos tempo e espaço, bem como suas categorias e escalas de análise, estabelecendo uma interface com a problemática do evento contemporâneo do êxodo rural na região do extremo oeste catarinense.

A METODOLOGIA EMPREGADA

Na construção deste artigo empregamos a pesquisa bibliográfica para tratar especificamente dos conceitos de espaço e tempo e sua influência para o fenômeno do êxodo rural e sua relação com a Educação do Campo no extremo oeste catarinense. Para Gil (2008), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 50).

Além disso, também a consideramos uma pesquisa quantitativa. Quantitativa por considerar dados sociodemográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). Qualitativa por usufruir de uma análise documental referente aos materiais coletados, em especial, um conjunto de questionários aplicados para os pais, filhos e “autoridades” relacionados à Educação do Campo, através de um projeto de pesquisa realizado pelo IFSC Campus São Miguel do Oeste iniciada em 2013 e concluída em 2014 que visava a compreender os fatores que contribuíam para o êxodo rural na região. Neste sentido, concordamos com Gil (2008) quando esclarece que a pesquisa documental

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (p. 51).

A implementação do projeto de pesquisa do IFSC possibilitou a geração de um importante banco de dados sobre o êxodo rural, com um conjunto de 59 entrevistas que não foram analisadas qualitativamente pelos seus idealizadores, restringindo-se assim, apenas a uma quantificação sintetizada e apresentada através de um resumo expandido em um evento interno do IFSC (SEPEI 2014). Desse modo, e também pelo fato de um de nós ter participado como coordenador do projeto, decidimos utilizar neste artigo recortes das entrevistas para dialogar com os conceitos de tempo e espaço, bem

como das percepções do local vivido por esses sujeitos do campo³. Ao longo da pesquisa PIBIC, os pesquisadores organizaram os formulários e questionários de entrevista com a seguinte referência: IFSC-SMO (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus São Miguel do Oeste); PP-PIBIC-EM (Projeto de Pesquisa-Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-Ensino Médio); uma numeração de 1 a 59 (referentes ao total de entrevistas), e a identificação pelas letras: F (filho), P (pais) e A (autoridade) para indicar qual o sujeito entrevistado. Além disso, consideramos que este artigo também contém elementos de um estudo de caso por ser “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, [...]” (YIN, 2001, p. 32). Por este motivo, o presente artigo tenta estabelecer uma relação entre o êxodo rural e a comunidade regional do extremo oeste de Santa Catarina, buscando assim no tempo e no espaço algumas das condicionantes para a realidade existente na educação destes jovens camponeses.

CONSTRUINDO O CONCEITO DE TEMPO

O controle do tempo ao longo da História sempre foi desejado pela sociedade. Lutou-se pelo encurtamento das distâncias com as grandes navegações. Desenvolveram-se meios de transportes mais velozes como o trem, o carro e o avião para acelerar o tempo de viagem. Na Revolução Industrial, surgiram as máquinas em substituição às Corporações de Ofício Artesanais que passaram a produzir mais em menos tempo. Contudo, entre os mais importantes instrumentos criados pelo homem para se tentar dominar o tempo foi o calendário. Nas palavras de Le Goff:

A conquista do tempo através da medida é claramente percebida como um dos importantes aspectos do controle do universo pelo homem. [...] o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos do poder; por outro lado, apenas os detentores carismáticos do poder são senhores do calendário: reis, padres, revolucionários (LE GOFF, 2003, p. 478).

3 Este arquivo confirma ser uma importante fonte primária por traduzir na escrita a compreensão de um fenômeno na percepção das famílias camponesas e não da história oficial produzida pelas elites ou pelas Instituições.

O “tempo despótico” do calendário impôs um “controle do tempo” que atendia aos interesses das castas ou políticos mais abastados da sociedade. Através destes, ao longo da história, a vida era ritmada, doutrinando uma forma de agir e pensar padronizadas para o controle social. Assim, o tempo determinado pela natureza passa, gradativa e progressivamente, a ser manipulado pelo “tempo do homem”.

A interpretação de tempo não é, para nós das Ciências Humanas e Sociais, a mesma empregada pelas Ciências Exatas ou Naturais, ou da Física de Einstein para medir a velocidade. Isso também não significa que discordamos deles. A esse respeito, Norbert Elias (1998) enfatiza que

[...] a contínua ampliação das sociedades humanas no interior do universo ‘físico’, alheio ao homem, contribuiu para estimular um modo de falar que sugere que ‘sociedade’ e ‘natureza’ ocupariam compartimentos separados, [...]. Todavia, o problema do tempo coloca-se em termos tais que não podemos esperar resolvê-lo, se explorarmos suas dimensões física e social independentemente uma da outra (p. 38).

Dessa forma, mesmo havendo uma herança conceitual que as separam, o autor realiza uma crítica às áreas que estudam a sociedade, alertando-os sobre a importância de se trabalhar o tempo dentro de um longo prazo, incorporando assim o poder de síntese inculcada nas Ciências da Natureza como a Física, por exemplo. Porém, compreendemos o tempo como um evento, um acontecimento, um fenômeno ou um fato ocorrido em um dado momento. O “nosso tempo” está relacionado às Humanidades e a forma como eles entendem o tempo ou a utilizam em benefício de suas pesquisas.

O evento que se faz importante para se discutir o conceito de tempo dentro da história ocidental não é mais entendido como uma sequência linear e repetida de acontecimentos. Os fatos históricos, embora sejam muito semelhantes como aparentam ser, na realidade nunca serão iguais. Pois sempre haverá um contexto, um narrador, um agente ou vários atores e, principalmente, uma data diferente do primeiro evento fazendo, então, que nunca sejam fenômenos idênticos.

Os eventos são individuais, mas não há eventos isolados. Eles são inter-relacionados e interdependentes e é nessas condições que participam de situações, somente há situação porque os eventos se sucedem, ao mesmo tempo em que se superpõem e interdependem (SANTOS, 2004, p. 163).

O evento do êxodo rural no extremo oeste catarinense não é em si um fenômeno isolado, como também não tem independência de outros fatores que contribuem para que ele se perpetue. A sua trajetória está diretamente interligada a história recente do Brasil, mais precisamente a intensa urbanização das metrópoles e posteriormente das cidades de porte médio.

A migração em massa do campo para a cidade que transformou o país de rural em urbano ocorrida na década de 60 do século XX deteve um acontecimento a nível nacional, mas com diferentes temporalidades no que concernem as realidades de cada lugar. Por isso, enquanto uma região sofria um processo acelerado de migração para os grandes centros, em outras, o evento ocorria de forma gradual e mais lenta. Contudo, caso quiséssemos definir uma escala para o tempo, caracterizando o evento do êxodo no extremo oeste catarinense, poderíamos seguir a escala de Fernand Braudel (2007) que classifica três tipos de duração temporal na história: longa, média ou curta. Estes três níveis de escalonamento contribuem para se situar um evento ou fenômeno dentro de uma cronologia histórica. No nosso caso específico consideraríamos a média duração que abarcaria a história social e econômica com períodos que poderiam conter fatias que variariam de 10 a 50 anos, um pouco mais ou um pouco menos. Diferentemente da curta que é um fato histórico rápido, momentâneo e a longa que é secular e analisa toda a estrutura de um acontecimento histórico que levou anos para acontecer ou se dissolver.

Neste sentido, classificamos o evento do êxodo rural desta região como de média duração por abranger um período que abrange desde a chegada dos colonos nas décadas de 40 e 50 até a ocorrência da migração das pequenas cidades que perdem população e, das médias e grandes que acabam recebendo esse fluxo humano, ao longo da década de 90, em que a população macrorregional encolhe. No senso de 2010 (último realizado pelo IBGE), houve uma sensível

recuperação do aumento da população da região. Porém, esta se dá na área urbana e não no espaço do campo.

Esta história social e econômica que foi motivada pelo êxodo rural na região e é organizada como um tempo de média duração constitui um passado que se relaciona com o presente e nos faz refletir sobre as possibilidades do futuro acerca desta problemática. Trata-se de gerações que inicialmente se auto-intitulam pioneiros desbravadores da região; os outros, filhos destes que deram continuidade às propriedades ou migraram para outros centros urbanos e, por fim, a atual juventude do campo que já demonstra desinteresse em permanecer para a manutenção da pequena propriedade rural.

Além do período mencionado de média duração na classificação periódica do tempo conforme a ciência histórica, também pode haver aquela classificação instituída por cada sujeito quanto a sua percepção de tempo vivido. Em relação a esse aspecto, Elias (1998) refere que

Os conceitos de 'passado', 'presente' e 'futuro', ao contrário, expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e a experiência que uma pessoa (ou um grupo) tem dela. Um determinado instante no interior de um fluxo contínuo só adquire um aspecto de presente em relação a um ser humano que o esteja vivendo, enquanto outros assumem um aspecto de passado ou de futuro. [...] (p. 63).

O tempo do indivíduo ou do grupo torna-se um "tempo relacional" diante das conexões que o mesmo estabelece entre a sua vivência de "passado", "presente" e "futuro". Com isso, ele relaciona as suas experiências e passa a interpretar o seu mundo, buscando então o sentido e a reflexão necessária para a sua existência. Portanto, não haveria como determinar um presente sem interligar a um passado ou o desejo de um futuro.

Em uma das entrevistas da pesquisa realizada pelo IFSC e direcionada a um dos jovens camponeses, estudante do Ensino Médio, constatou-se uma ideia de tempo que compreende justamente a tríade passado-presente-futuro; na interpretação desse jovem em relação ao papel da educação na busca da qualidade de vida familiar.

Os meus pais não estudaram porque não tinha ônibus. Daí só dava para aprender a ler, escrever e fazer conta na escolinha da Sede. Hoje, não tem mais a escolinha, mas tem ônibus que me leva pra cidade estudar. Se eu terminar o 2º grau, mesmo sendo fraco... Quero estudar veterinária na federal ou na estadual. Se passa, acho que não volto mais porque deve ter mais serviço na cidade. Todo mundo tem cachorro ou gato e precisa de veterinário (IFSC-SMO PP PIBIC-EM 05_F).

Nesse relato, notam-se os tempos a que o sujeito se refere, relacionando-os. Isto é, ele fala da educação dos pais (passado), a educação que ele vivencia (presente) e a que ele pretende estudar no futuro. Neste caso, o futuro é condicionado pela conclusão/êxito do Ensino Médio, bem como sua aprovação no vestibular ou no Enem. O indivíduo interliga o tempo, constituindo uma lógica quanto ao seu tempo vivido, fazendo com que o futuro seja o estímulo para o presente. Com isso, também se vislumbra que, no passado, seus pais não tinham transporte escolar, contrastando com a realidade atual. Pois, antes apenas se aprendia a ler, escrever e fazer cálculos. Hoje se tem a oportunidade de acessar mais informações e, por isso, criar expectativas quanto a uma profissão como também o interesse em residir na cidade.

Portanto, o tempo pode conter diferentes maneiras de organizá-lo. O tempo dos físicos não é necessariamente o tempo dos historiadores ou dos sociólogos. Da mesma forma que o tempo é absoluto por conter infundáveis temporalidades pertencentes a cada sujeito, ele não tem um início de passado concreto como também não tem um futuro finito.

O tempo quando deixa de ser a consequência produzida pelas intervenções econômicas e socioculturais e, passa a ser a causa das percepções econômicas e socioculturais por funcionar como uma memória (re)construída do passado que unifica resumidamente as interferências política-econômica-social-religiosa-cultural em um acontecimento histórico, invertendo assim o processo, (re)cria através dos novos atores sociais, no nosso caso os jovens da região do extremo oeste catarinense, uma nova forma de se entender o mundo que os cerca. Porém, "devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens" (LE GOFF, 2003, p. 471).

Defendemos a ideia de que o tempo passado da área rural do extremo oeste catarinense é um resultado produzido, por exemplo, de uma política econômica de industrialização do país que estimulou a urbanização em detrimento da desvalorização e a falta de políticas públicas adequadas para o povo do campo naquela região específica. Somados a isso, é gestado o preconceito com os jovens do campo incentivados também pelo antagonismo entre campo e cidade.

O tempo tem papel decisivo na vida das pessoas quando se reflete uma (re)construção do passado-presente-futuro como no caso do papel da Educação do Campo e sua ligação com o êxodo rural. Porém, o tempo necessita de um espaço físico para que possa manifestar a sua influência.

CONSTRUINDO O CONCEITO DE ESPAÇO

O espaço é onde os modos de vida se manifestam. Nele, o ser humano nasce, cresce e envelhece. No espaço a natureza se constitui. As relações humanas se intensificam e as transformações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais acontecem, ora sendo produto da articulação delas mesmas, ora renascendo pela ação humana. Para Milton Santos (2012), no espaço “o conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (p. 30-31).

Este conteúdo a que o autor se refere é a essência do espaço, considerando, inclusive, que a sociedade, como “ser”, vai se “metamorfoseando” em existência. Portanto, a sociedade faz parte do espaço. A natureza do espaço é desejada pelo homem que tenta transformá-lo ao máximo em uma “forma produtiva, procurando extrair-lhe uma função, uma finalidade, um sentido, subjulgando à intervenção humana. Cada ponto no espaço é importante, independente se o natural ou a população sejam prejudicados em detrimento de grupos hegemônicos ou indivíduos que possuem poder suficiente para moldar o espaço. Assim, os objetos geográficos (forma) contêm o conteúdo (a sociedade). Trata-se de os objetos geográficos serem pensados e organizados pela sociedade, pois sem conteúdo não existe a forma.

Na definição de espaço quanto a sua escala, podemos considerar quatro dimensões, sendo que as três primeiras assim se constituem: o nível local (comunidade, rua, bairro, cidade); o nível nacional (Estado-Nação com suas fronteiras estabelecidas politicamente) e o nível global (planetário). A região aqui estudada está dentro da quarta dimensão, a escala regional.

Na concepção de espaço também consideramos o modo pelo qual ele pode ser identificado. Com isso, o modo de espaço que definimos para o nosso estudo é relacional, pois ele contém e está contido nos objetos geográficos e naturais. Por isso, o objeto adquire significado quando ele é parte dentro do espaço, mas para que ele tenha sentido faz-se necessário se relacionar com as outras partes para identificá-lo. Caso não se consiga estabelecer esta relação, não haverá o reconhecimento dos mecanismos e processos das atividades humanas que organizam este espaço.

Na problematização do êxodo rural no extremo oeste catarinense fica evidente que o espaço também se constitui pelas relações humanas que são estabelecidas com o seu interior, entorno, no estado de Santa Catarina, no Brasil e no planeta. As comunidades agropastoris mantêm uma relação de objetos naturais representados por uma terra produtora de alimentos, cerceado por objetos sociais que estimulam o movimento da sociedade para a sua transformação baseado no econômico. Contudo, estas interações dentro de Santa Catarina não estão apenas na questão econômica, mas também no sociocultural. Durante a realização de algumas entrevistas focais em que se manteve um diálogo informal por um dos autores deste artigo que participou como coordenador do projeto já supracitado, percebeu-se o preconceito de algumas famílias camponesas para com os "manezinhos" do litoral, mais especificamente os moradores da ilha de Florianópolis que, segundo os relatos, "o povo do litoral não é muito adepto do trabalho". Da mesma forma, tivemos a oportunidade de obter outro testemunho de um discente que comentou a visão de uma professora aprovada em concurso público e recém-chegada na região, quando a mesma entrou na sala de aula de uma turma do curso técnico em Agroecologia, proferindo a seguinte frase: "existe vida no extremo oeste catarinense!?" (IFSC-SMO PP PIBIC-EM 022_A); ironizando a comparação com a vida cultural proporcionada no litoral.

Nestes dois relatos, percebem-se duas interpretações particulares de como um vê o espaço que o outro habita. Essa ideia

não surgiu ao acaso. Elas são carregadas de sentimentos que foram sendo construídas ao longo do tempo e que, de certa forma, dentro de um mesmo estado, atribui uma identidade que se faz muito mais pela diferença com o outro do que pelas suas especificidades. "Não se deve esquecer de que, no espaço, o econômico, o social, o político e o cultural se dão de forma diferenciada" (SANTOS, 1992, p. 72). O autor se refere às diferentes interpretações que cada pessoa pode fazer do espaço em que habita, isto é, a percepção econômica-cultural de um abastado latifundiário da região, provavelmente não seja semelhante a de um camponês assentado oriundo da reforma agrária.

Os comentários do aluno e, da docente, são resultados de um passado anterior que envolveu a ocupação produtiva de uma região que continua sendo marginalizada e que em contraofensiva sugere se diferenciar como "trabalhadores" frente aos que "trabalham menos". Não pretendemos aqui generalizar ou universalizar um discurso individual, mas apontar que existem indícios significativos que podem comprometer uma forma de pensar o espaço pela diferença com o outro.

Esse discurso sobre o espaço pode ser um dos contributos inconscientes para o êxodo rural dos jovens. No caso da escola, a professora em questão é uma docente empoderada que pode estimular sentimentos topofóbicos⁴ na turma, fazendo despertar o desprezo do local em que os jovens do curso técnico em Agroecologia utilizam e habitam.

Além da percepção relacional do espaço, também podemos interpretá-lo através de categorias que discutem o mesmo recorte sobre diferentes óticas, variando de acordo com os resultados aos quais o pesquisador pretende atingir. Por exemplo, caso o estudo do espaço se encaminhasse para a solidariedade específica de uma comunidade, utilizaríamos o conceito de "lugar". Porém, se a pesquisa enfocasse as relações de poder em uma área com fronteiras delimitadas, o termo dentro do espaço o seria "território". Caso o trabalho tratasse de um espaço que ultrapasse a percepção visual e chegue aos demais sentidos como olfato e audição, recorreríamos à "paisagem". Outra categoria de análise do espaço é o "ambiente" que coloca o ser humano como um sujeito gerador de várias tensões na natureza do qual faz parte. Por fim, mas não menos importante,

4 Sentimentos negativos ou de negação do espaço aonde os próprios jovens habitam.

encontramos a "região" que se caracteriza por ser o resultado de um conjunto de aspectos que definem um determinado espaço diferenciando-o dos outros.

Além destas formas de análise do espaço supracitadas de forma breve, concebemos que todas elas são úteis para o extremo oeste catarinense quando se busca problematizar o fenômeno do êxodo rural. Cada uma com a sua especificidade nos fornece uma interpretação que vai desde a percepção da mudança da paisagem relatada pelos agricultores, tanto com a alteração do aumento dos latifúndios como a redução de 37 escolas rurais para duas Escolas do Campo no município de São Miguel do Oeste, cidade polo da região. Nesta última observação se constata o abandono de edificações (objetos sociais ou técnicos) que se associa ao meio natural, demonstrando, a partir daquilo a que Santos (2012) chamaria de "acúmulo desigual do tempo", que "a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço" (p. 74-75).

Quanto ao território e ao lugar podemos fazer uma analogia considerando um embate. Assim, seria postulado ao lado do primeiro o poder controlado pelos empresários locais, nas leis do mercado internacional e no próprio caráter verticalizado de decisão representado nos órgãos públicos municipais e nacionais. No território, os poderes político e econômico passam a impor regulamentos para com as comunidades do campo em busca do seu subjulgamento. Assim, mantém-se a tentativa permanente de se exercer uma influência ou controle das demandas do mercado em benefício de um grupo seletivo que concentra o poder. Em relação ao exercício das empresas e suas verticalidades, Santos (2003) enfatiza:

As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais 'modernizados' e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados (p. 108).

Esse processo de alienação contribui para o não reconhecimento do sujeito em seu espaço, tornando-o inseguro quanto a sua identidade. Porém, como já comentamos, para nós, o lugar comparece como força criada a partir das solidariedades comunitárias que (re)

criam novas maneiras de sobreviver horizontalmente, resistindo assim através da criação de alternativas locais aos ditames homogeneizadores da atual sociedade de fluxos e redes. Estes mesmos fluxos e redes também contribuem para que a força do lugar se manifeste, ampliando as comunicações e a organização dos grupos que se sentem prejudicados. "Por isso é que a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social" (CASTELLS, 1999, p. 573).

Na educação não formal do campo, pais e filhos recordam o desaparecimento da semente crioula e a concentração da produção das mesmas através do gerenciamento dos grandes laboratórios internacionais, estruturadas assim em grandes redes. O próprio fato também da produção local, seja qual ela for estar condicionada a um modelo agroexportador consta a força vertical das empresas cercadas pelos rigorosos controles de qualidade, da exigência para a ampliação da produção, bem como os preços serem definidos pelo mercado e não pelos pequenos agricultores.

Além disso, as comunidades, dentro do seu espaço relacional e distante dos fluxos internacionais, perdem força quando parte de seus filhos migram para a cidade em busca do Ensino Médio, não encontrando uma escola comprometida com a realidade do jovem camponês. Neste sentido, Kolling, Néry e Molina (1999) reforçam esta reflexão ressaltando o preconceito da educação escolar representada pelo professor e pelos colegas do aluno do campo que estuda em uma escola urbana, vejamos:

Como predomina a concepção unilateral da relação cidade-campo, muitas prefeituras trazem as crianças para as cidades, num trajeto de horas de viagem, por estradas precárias, com a finalidade de reduzir custos e colocam-nas em classes separadas das crianças da cidade, reforçando, dessa forma, a dicotomia ainda presente no imaginário da sociedade. Ou então são colocadas na mesma sala, onde são chamadas de 'atrasadas' pelos colegas, ou por alguns de seus professores urbanos [...]. (p.43)

Nestes casos, os "lugares do campo" passam a sofrer com os frequentes "assédios urbanos" dirigidos aos filhos dos pequenos

agricultores quanto às ilusões da cidade, entre elas a ideia de que o urbano é melhor do que o rural. Pois na área urbana se imagina que se teria acesso fácil às redes e fluxos.

No ambiente, vislumbrado por seus agricultores e filhos, tem na escola, na cooperativa e nos órgãos públicos, ligadas ao povo do campo, importantes irradiadores de uma consciência ambiental que passa a despertar os cuidados com a terra, a água e o ar⁵. Contudo, entre o discurso e a prática existe um abismo, sobretudo porque é prática comum o uso constante de agrotóxicos para o combate às ervas daninhas. Muitas doenças e mortes dos agricultores são atribuídas ao uso exagerado e por longo período de tempo desses venenos.

No que se refere à região, o extremo oeste catarinense compõem um conjunto de características próprias que lhe deram uma identidade singular: no aspecto *econômico*, muitas agroindústrias encontram nas pequenas propriedades rurais a matéria-prima necessária para o seu abastecimento⁶ e produção; no aspecto *político*, existe a articulação entre os municípios para se ganhar força e exigir mais benefícios dos governos estadual e federal; no aspecto *cultural*, trata-se de hábitos e costumes baseados no seu passado de colonização; neste ainda consta o incentivo aos teatros, aos bailes e festas comunitárias ligadas às origens de cada município; no aspecto *social*, através da saúde, organiza-se uma rede de hospitais, mas ainda muito dependentes da cidade que tem função de polo mesorregional, Chapecó; na educação, destaque para as Escolas Públicas, os Centros de Ensino Superior, bem como pela chegada recente do IFSC na cidade polo do extremo oeste catarinense: São Miguel do Oeste.

A região se cria a partir de semelhanças de um espaço contíguo. Por isso, caso tentássemos ampliar para uma conceituação sociocultural, poderíamos interpretá-lo como se ela fosse uma parte pertencente a um todo e, que segundo Flores (2000) é entendido como se fosse

5 Assim, são demonstrados nas entrevistas da pesquisa de iniciação científica do Campus São Miguel do Oeste do IFSC.

6 Para Miguel Arroyo (1999), este tipo de fornecimento de matéria-prima para a agroindústria não é a ideal, pois: “[...] essa transformação privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar, que foi renegada, banida do modelo econômico adotado pelos governos militares, situação que permanece até hoje” (p. 55).

[...] parte que pode ter conotações políticas, físico-geográficas ou administrativas ou históricas, sendo que a palavra 'ou' pode, segundo o caso, ser substituída pela palavra 'e'. Creio que a apropriação socialmente majoritária entende que esta parte – a região – 'pertence', com maior ou menor autonomia, ao 'todo'. (p.19-20).

A análise das características da microrregião contribui para se construir um panorama deste espaço, bem como sustentar a ideia de que um determinado local é diferente do outro, podendo ter resultados semelhantes na aplicação de uma política pública para o campo como também, antagonica por ter através da população que habita internamente este espaço, sentidos e expectativas divergentes. Com isso, a migração, pode ser uma das consequências de uma parcela da sociedade motivada assim, por pressões internas de um grupo ou externas à região.

Após analisarmos algumas categorias ou conceitos para se decifrar o espaço geográfico é importante termos claro que ele contém todos os demais, criando, então, uma miscelânea de possibilidades para a interpretação de um dado fenômeno. Nesse sentido, também identificamos o espaço geográfico como "uno e múltiplo", pois ele é espaço que contém várias (re)significações, também podendo ser denominado de "misto" ou "híbrido". Ele é transformado constantemente pela sociedade, mas não perde sua concretude, por ser sempre acrescido e justaposto, coexistindo assim com a paisagem anterior.

O TEMPO E O ESPAÇO COMO UMA DAS CAUSAS DO ÊXODO RURAL E SUA REPERCUSSÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Espaço e tempo são conceitos que dependem um do outro para a solução de problemas nas Humanidades. Um conceito que trata desta articulação entre os conceitos e que nos chama a atenção e, inclusive, é discutido por Milton Santos (1992), é o de "tempo espacial". Para ele,

[...] cada lugar é o resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente

datadas. É a seletividade com que os diversos aspectos do moderno realizam o seu impacto sobre um lugar determinado que se deve a diferença entre os lugares; e a combinação particular de variáveis diversamente datadas constitui o *tempo espacial* próprio a um determinado lugar (SANTOS, 1992, p. 78-79).

Este conceito contribui porque através dele, constata-se que a divisão espacial da produção global, gestada por forças verticalizadas definem que reside no espaço conteúdos e formas oriundas de tempos diferentes, convivendo dentro de uma mesma idade que, após a sua combinação, proporcionam a existência de um tempo espacial.

Assim, o espaço regional ou local pode tornar-se “velho” diante destas imposições como também das inovações. Este “velho” pode também ser representado pelos grupos sociais que lá residem e que detêm relações sociais, econômicas e de organização do espaço próprias devido ao resultado combinado adquirido ao longo do tempo. Contudo, “quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado” (SANTOS, 1992, p. 79).

A região do extremo oeste catarinense vivencia este “tempo espacial” em que comunidades camponesas inteiras passam a ser vitimadas pela aceleração do tempo e pela chegada da inovação via “novo”. Isto não significa que as comunidades do campo não querem ter acesso às tecnologias, as redes de informação ou ao “novo”. Porém, para que se tenha o novo, eles devem romper abrupta e culturalmente com o “velho”. Dessa forma, muitos jovens veem-se obrigados a fugir deste presente em busca de uma perspectiva na cidade.

O problema do êxodo rural na região do extremo oeste catarinense, sendo entre as suas causas, o “tempo espacial”, pode ser um evento que a Educação do Campo pode enfrentá-lo organizando as comunidades e produzindo alternativas que respeitem os grupos humanos do campo em vez de marginalizá-los.

Não há como estudar o êxodo rural e a sua relação com a educação do campo sem levar em consideração o tempo e o espaço, compreendendo que as suas essências passam pela sociedade, suas temporalidades, seus objetos naturais e os seus objetos sociais e que, somente na percepção deles como coexistentes, encontram-se uma razão para a pesquisa deste fenômeno. Por isso, a vida das famílias: pais e filhos, juntamente à comunidade escolar,

[...] nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular” (SANTOS, 2004, p. 159).

O papel da educação não está em apenas ensinar conteúdos prontos, mas de discuti-los e (re)criá-los a partir dos contextos locais que também são (re)elaborados constantemente pelo tempo e o espaço. A própria educação do campo quando discute conhecimentos do espaço vivido precisa dialogar com diferentes tempos, pois se abster da consciência de não se criar a ligação entre passado-presente-futuro no tempo e não reconhecer suas diferentes temporalidades, bem como analisar um objeto do espaço sem relacioná-lo com o conjunto é promover uma educação desprovida de significado, de sentimento de vida no mundo de um jovem camponês.

Por isso, acreditamos que o êxodo rural e a educação do campo no extremo oeste catarinense são influenciados pelo tempo e espaço que até mesmo, inconscientemente despertam sentimentos tofóbicos nos seus sujeitos, enquanto que este espaço e também as suas comunidades utilizavam, no passado, no espaço da escola, a promoção do diálogo e da cooperação. Assim, este tempo passado no espaço existe, porém no tempo presente, esta realidade perdeu valor humano em detrimento do individualismo, do preconceito e da nova função econômico-espacial que a região passa a exercer. A Escola do passado esta ali, mas agora sem função no presente.

A presente discussão tentou lançar novas percepções sobre um fenômeno que se manifesta, às vezes mais, às vezes menos, às vezes no passado, às vezes no presente ou, ainda, às vezes no futuro, às vezes a nível local, às vezes a nível nacional, às vezes a nível regional ou local como algo existente no “tempo espacial”.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO IF-SC Campus São Miguel do Oeste. Coordenação de Pesquisa e Inovação. Projeto de Pesquisa PIBIC-EM 2012-2014. PAULA, José Fabiano de. (Coord.) “Percepções acerca do espaço rural no extremo oeste catarinense:

o Jovem e a Agricultura Familiar no município de São Miguel do Oeste". São Miguel d' Oeste. Pasta Arquivo 004, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999. v. 2

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EDITAL de Pesquisa PIBIC-EM Nº 27/ 2012 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/editais-pesquisa-ifsc-index/editais-pesq-2012#edita27> Acessado em: 15/06/2017.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. Brasília: UnB, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm>> Acessado em: 15/06/2017.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Israel José (Ir.); MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.) *Por uma educação básica do campo*. Brasília: UnB, 1999, v. 1.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

THIEL, Drielly ketrine; SILVEIRA, João Guilherme da; PAULA, José Fabiano de. *O Jovem e a Agricultura Familiar no Extremo Oeste Catarinense*. SEPEI, Gaspar, jun. 2014. Disponível em: <http://eventoscientificos.ifsc.edu.br/index.php/sepei/sepei2014/paper/view/557/591> Acessado em: 15/06/2017.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e método*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Submetido em Janeiro 2018

Aceito em Fevereiro 2018

Publicado em Maio 2018